

*Frederick Cooper, Colonialism in Question: Theory, Knowledge, History*, Berkeley, University of California Press, 2005.

Este importante trabalho certamente terá impacto significativo numa série de campos inter-relacionados do saber que se congregam em torno do rótulo «estudos coloniais». O seu autor, um eminente historiador da África com uma importante obra sobre a descolonização nos impérios coloniais<sup>1</sup>, talvez seja mais conhecido fora do âmbito específico da história da África pela coordenação, juntamente com Ann Laura Stoler, de um influente e muito citado volume sobre os impérios coloniais chamado *Tensions of Empire*<sup>2</sup>.

O presente livro retoma uma série de questões levantadas e analisadas na mencionada colectânea, mas fá-lo agora de modo mais articulado e desenvolvido. Em especial, ganha tratamento minucioso o complexo tema das limitações do poder nos impérios coloniais, com desdobramentos já esperados por quem conhece os seus trabalhos anteriores como a crítica à ficção maniqueísta do Estado colonial e a exposição da fragilidade que caracteriza a oposição

entre colonizado e colonizador. Porém, o livro também aborda temáticas novas, que parecem inquietar o historiador preocupado com a retórica fácil que impera nos estudos coloniais e pós-coloniais: põe à luz as várias formas de teleologias que habitam o horizonte intelectual de historiadores e cientistas sociais e todos os credos, em especial os contos do progresso rumo ao Estado-nação, à modernidade e à globalização; revela com uma satisfação irónica o arraigado conformismo reinante na vanguarda dos que estudam o pós-colonialismo; finalmente, expõe de maneira cirúrgica os problemas do aparato conceptual das ciências humanas contemporâneas com o seu apego aos jargões fáceis.

O título do livro pode provocar uma decepção no leitor. Apesar de tratar da questão colonial, abordando situações coloniais específicas (v. capítulo 7), o livro está longe de ser uma história do colonialismo ou mesmo uma reflexão directa sobre esse momento da história mundial. Trata-se antes de uma obra mais ambiciosa, dedicada ao questionamento conceptual e à crítica de certos modos a-históricos de se fazer história.

Organizado em três partes semiautónomas, o trabalho é constituído por oito capítulos, três dos quais já haviam sido publicados anteriormente, sendo um deles (o capítulo 3) em co-autoria com Rogers Brubaker.

A primeira parte, voltada para a reflexão sobre os estudos coloniais e

<sup>1</sup> Frederick Cooper, *Decolonization and African Society: The Labor Question in French and British Africa*, Cambridge, Cambridge University Press, 1996.

<sup>2</sup> Frederick Cooper e Ann Laura Stoler (eds.), *Tensions of Empire: Colonial Cultures in a Burgeois World*, Berkeley, University of California Press, 1997.

o pensamento interdisciplinar, tem como ponto de partida a aparente estranheza de ter esse campo de estudo florescido num tempo em que os impérios coloniais já não representam mais uma forma viável de organização política. No entanto, a estranheza desfaz-se quando o autor aponta para a natureza a-histórica de muitos desses estudos. Apesar de a reflexão sobre o colonialismo ter dado, nos últimos vinte anos, largos passos rumo ao questionamento de verdades estabelecidas, contestando, por exemplo, a narrativa do progresso que irradia da Europa, a natureza interdisciplinar das questões coloniais acabou por ser empobrecida pelo uso repetido de clichés que, se um dia foram provocativos, perderam há muito o seu potencial de veicularem sentido. O «colonial» dos estudos coloniais e pós-coloniais é muito genérico e abstracto. O colonialismo é visto como algo que se justapõe à modernidade europeia — também entendida de modo muito rasteiro — e o seu estudo muito frequentemente reduz-se a uma crítica ao iluminismo e à modernidade. Este é o grande tema da «introdução», que se desdobra numa crítica aos modos pouco históricos de se fazer história: colectando e comparando textos desconexos em termos de tempo e espaço, saltitando entre momentos históricos sem prestar a devida atenção às cadeias causais, sendo aprisionado a um certo presentismo e rotulando acriticamente o que seria uma época.

A seguir, no capítulo intitulado «Ascensão, queda, ascensão dos es-

tudos coloniais», Cooper retoma o paradoxo de os estudos coloniais florescerem quando os impérios já não têm mais sentido político e mostra que nos anos 50 Balandier já clamava pela análise da situação colonial como uma totalidade do campo do poder. Apesar do potencial explicativo de conceitos (rede, situação e campo social), da inovação que foi tomar o problema colonial como uma totalidade e da sua sensibilidade histórica em perceber que a colonização era um processo histórico específico, a chamada de Balandier não foi atendida e a situação colonial saiu do foco do interesse dos académicos. Naqueles anos turbulentos, o colonialismo era sobretudo uma temática para críticas e ataques, que não merecia uma análise detida. A mudança social, bem como as promessas de modernização, urbanização e industrialização das sociedades africanas, eram os temas que interessavam a cientistas sociais e historiadores e por isso a proposta de Balandier passou a ser pensada em termos da teoria da modernização, cujos princípios distintivos enfatizavam que modernidade e tradição são dicotómicas e que os dois pólos dessa dicotomia expressam um pacote complexo de mudanças. Somente na década de 80, argumenta Cooper, a ideia de modernidade vai deixar de obstruir a de colonial e a colonização passará a ser vista como uma reflexão da pior faceta da modernidade. Mas por tratar o colonialismo de maneira genérica e abstracta, e não como uma situação histórica na qual pessoas concretas actuam de facto,

um período dinâmico carregado de incertezas, a ideia de modernidade nesses novos estudos obstrui a de história.

A segunda parte é dedicada à reflexão conceptual estrita, na qual três conceitos centrais para os estudos coloniais são colocados em questão: identidade, globalização e modernidade.

Identidade é uma categoria nativa muito importante na cultura política das sociedades ocidentais. Porém, pretende também ser uma categoria para descrição e análise. O problema com esse contrabando entre o mundo da vida e o dos conceitos tem a ver com a distância semântica entre categorias nativas e ferramentas analíticas. No caso da identidade, o seu uso como conceito por antropólogos, sociólogos, historiadores, é alargado de mais e obscurece os modos pelos quais os actores históricos a empregam. Em resumo, a identidade sofre de um mal muito disseminado no campo intelectual contemporâneo: a obesidade conceptual. E por querer muito significar acaba por nada dizer. Uma vez exposta a raiz da ambiguidade e imprecisão do conceito, Cooper vislumbra um conjunto de ferramentas analíticas que poderiam dar sentido ao largo espectro de práticas e processos que procuramos entender com o uso do conceito de «identidade», sem os problemas que tal uso acarreta. No entanto, se a sua crítica à ambiguidade e imprecisão do conceito, em especial a versão antiessencialista dos «construtivistas», acerta plenamente no alvo, parece-me que a sua opção por pro-

por uma série de termos substitutos, em vez de uma verdadeira teoria da identidade, é problemática e ingénua. Primeiramente, por ser uma opção excessivamente normativa; depois, por atomizar em vários termos alternativos aquilo que no mundo da cultura é tomado como um campo único de fenómenos.

A crítica à globalização segue a mesma linha de raciocínio. Cooper reconhece que o termo tem significados polémicos para os actores sociais, mas acertadamente insiste em que não se trata de ser a favor ou contra a globalização. Propõe antes que se reformule a questão dos mecanismos de conexão entre espaços separados e entre fronteiras (e dos limites dessas interconexões), assim como a dos processos de demarcação territorial e de cruzamento ou trânsito entre fronteiras, sem que seja preciso lançar mão da noção de globalidade. Como conceito, globalização sofre de dois problemas básicos: sugerir que há um sistema único de conexão operando em todo o globo e implicar que isto é uma faceta do tempo presente, que esta é a época global. Trata-se de uma metanarrativa teleológica que enfatiza um processo em andamento que é nomeado por aquilo que é o seu suposto ponto terminal, que aparece com uma aura de inevitabilidade. Os problemas com essa forma de compreender os fenómenos sociais são equivalentes aos apontados na sua crítica à teoria da modernização dos anos 50 e 60. Além disso, por representar uma espécie de história

presentista, que começa com uma versão do presente (no caso, a versão idealizada do presente globalizado) e vai ao passado para revelar ou que tudo leva ao presente ou que tudo se desvia dele, a metanarrativa da globalização distorce a história dos impérios coloniais e da colonização, menospreza processos de conexão territorial passados e o papel dos povos não europeus nestes processos. Em vez de uma ideia artificial e muito genérica de globalidade, Cooper realça a necessidade de se procurar um ponto intermédio entre o local e o global, que não perca de vista o complexo emaranhado de conexões, a variedade dos mecanismos de conexão territorial e os seus limites.

O último conceito objecto de crítica é o de modernidade. Trata-se, a meu ver, do capítulo mais problemático. Primeiro, porque, dos três conceitos questionados, este é o que é menos central para a reflexão intelectual (como mostra o gráfico das palavras-chaves mais usadas, na p. 8 do livro). Segundo, porque seu uso é mais restrito a uma certa historiografia (a dos estudos subalternos indianos e dos seus adeptos encantados alhures), sendo pouco difundido noutros contextos, como o africano e o das sociedades sul-americanas. Certamente modernidade é um termo com muitos significados divergentes entre si. Como acontece com o termo «identidade», há no caso em questão uma grande distância semântica entre os vários sentidos que os actores históricos dão ao termo «moderno» e os sentidos atribuídos

pelo mundo intelectual ao conceito de modernidade. Isso é o bastante para tornar tal conceito impreciso e ambíguo, com pouco poder de esclarecer situações históricas específicas. Especialmente problemáticas são as noções de modernidades alternativas e modernidade colonial. A primeira, pelo pouco poder explicativo que habita no seu pluralismo. Como bem aponta Cooper, se qualquer inovação produz uma modernidade alternativa, então o termo tem pouco valor analítico e sugere um curioso e problemático compartilhamento dos atributos que a constituem por povos muito separados no tempo e no espaço. A segunda, por querer fazer da colonização um projecto universalizante, emanado da Europa, cuja finalidade era trazer os colonizados ao mundo da modernidade. Tal projecto implica que ela é algo a que os colonizados deviam aspirar, apesar de não a merecerem, e implicitamente carrega consigo a reivindicação do direito europeu de governar as colónias.

A terceira e última parte é constituída por dois capítulos que tematizam a complexa relação entre o império e o Estado-nação, questionando as narrativas pouco profundas que supõem como inevitável a transformação dos impérios em Estados-nações. O capítulo 6, de natureza mais geral, explora as várias formas de imaginação política e de gerenciamento do dilema típico de todos os impérios, que tem a ver com a conjugação dos processos de incorporação de gente com os de reprodução das diferenças e hierarquias num ter-

ritório muito grande e descontínuo, habitado por povos culturalmente distintos. O argumento central deste capítulo é o de que para governar um império é necessário pensar imperialmente e que isto é muito diferente de pensar como nação. Para isso é necessário que se conte uma história mais profunda do que a de dois séculos do colonialismo europeu que levou ao surgimento dos Estados-nações, olhando para um período muito mais longo e para um conjunto mais multifacetado de formas de organização política. Por meio do exame de estruturas imperiais pré-modernas (Roma e Mongólia) e modernas, europeias e não europeias (China e Império Otomano), Cooper revela-nos o engano que é pensar os impérios modernos como projecções dos Estados-nações, sendo as colónias meras expressões do poder nacional. As trajectórias tomadas pelos vários impérios foram diferentes. Alguns entraram em crise e transformaram-se em tempos diferentes em Estados-nações (França e Inglaterra, Espanha e Portugal), outros reconfiguraram-se como impérios (Rússia); alguns vincularam-se com interesses capitalistas (por exemplo, Portugal, segundo Gervase Smith), outros ligaram-se ao sentimento da paixão e ao valor da honra (Portugal, segundo Hammond); alguns mantiveram quanto puderam a oposição entre sujeitos e cidadãos, outros foram francamente incorporadores. Em resumo, as trajectórias imperiais sempre foram muito mais diversificadas do que a narrativa idealizada e teleológica que propõe o ca-

minho único que vai do império ao Estado-nação. E, mais do que diversificada, os impérios sempre se depararam com os seus próprios limites.

O capítulo 7 lida com um caso em que o fim do império não resulta de uma oposição idealizada entre o colonialismo violento e as forças libertadoras dos movimentos nacionalistas, mas antes das fissuras e tensões no interior da própria estrutura imperial. Neste capítulo Cooper focaliza uma série de greves encaminhadas pelas lideranças sindicais na África ocidental francesa nos anos 40. Trata-se de um capítulo bem ao gosto dos antropólogos em que o autor mostra como o diálogo entre as lideranças sindicais e os agentes da autoridade colonial francesa levou ambas as partes a um ponto em que nenhuma delas queria ir. Ao aceitar a reivindicação trabalhista de igualdade entre franceses e africanos, de universalidade da cidadania, os agentes coloniais impuseram ao império um custo com que ele não podia arcar e esse foi apenas o primeiro passo rumo ao rompimento do dogma da indissolubilidade do império colonial. Por sua vez, a demanda por equivalência entre franceses e africanos impunha aos líderes sindicais o paradoxo de que ao igualarem-se aos franceses esses trabalhadores organizados distanciavam-se da massa de africanos do mundo rural, o que fez com que vários líderes políticos africanos (antigos líderes sindicais) procurassem separar a luta de classes da busca pela unidade política. O resultado final destes embates

foi que os africanos ganharam a soberania. Esta, porém, não foi a única demanda que surgiu de toda a mobilização trabalhista dos últimos anos do regime colonial francês. Mas, como bem nota Cooper, foi a que a França estava desejava de conceder.

Recusando-se a contribuir com o conto de progresso rumo à modernidade, à globalização ou ao Estado-nação, Cooper ressalta a necessidade de se dar atenção plena às múltiplas e dinâmicas trajectórias da interacção histórica, à riqueza da imaginação política dos actores históricos e aos constrangimentos e limites impostos sobre tal imaginação. Nisto está o ponto forte deste interessante livro. Força que suplanta largamente a perspectiva muito normativa que por vezes domina a crítica conceptual da segunda parte e o estilo marcado por uma erudição excessiva (239 páginas de texto e 68 de notas) onde o autor muitas vezes fica aprisionado pelos «ismos» que tão bem critica.

WILSON TRAJANO FILHO

*Maria Manuela Ferreira Mendes, Nós, os Ciganos e os Outros, Etnicidade e Exclusão Social*, Lisboa, Livros Horizonte, 2005, 205 páginas.

*ling prophecy*: existe um consenso alargado, tanto do ponto de vista *émico* como *ético*, sobre o que é «ser cigano», e portanto não se discute; opta-se, em alternativa, por folclorizá-lo (exotizando-o) ou por denunciar tentativas e estratégias hegemónicas de combate a essa identidade e tradição «diferente». Do ponto de vista histórico, os estudos sobre ciganos denunciam um processo marcante: o da transformação da «ciganidade» de uma «raça» — nas últimas décadas do século xx — numa «minoría étnica». Esta transformação é concomitante com a mudança de paradigma, nos projectos científicos, que foi rejeitando retratos culturalistas homogéneos e primitivistas em favor de uma complexificação do social através da consciência do pluralismo que, em última instância, o define. Ambos os processos redundaram numa opção «política», na literatura recente sobre os ciganos em Portugal, de denúncia de lógicas de exclusão e marginalização dos mesmos, frequentemente sem o necessário esforço de questionamento epistemológico dos conceitos empregues nessa denúncia.

O livro de Maria Manuela Ferreira Mendes tem, neste contexto, dois méritos: em primeiro lugar, porque aborda esta problemática de um modo frontal — assumindo-a como a questão central da obra — e, em segundo, porque, ao fazê-lo, assume-se como uma das raras monografias publicadas nos últimos anos sobre os ciganos portugueses, a partir de uma investigação de terreno



qualitativa e quantitativa, desenvolvida pela autora em bairros sociais da região do Porto. Neste sentido, a autora adopta também ela um objectivo «político», isto é, o de combate ao desconhecimento tradicional que persiste na sociedade (neste caso concreto, a sociedade portuguesa) em relação aos ciganos e que é, segundo Mendes, a principal causa para a «exclusão social» dos mesmos (pp. 18-19). Aqui a noção-chave será precisamente a de «conhecimento»: através da investigação das dinâmicas de «interconhecimento» — tanto entre os próprios ciganos como entre estes e «os outros» e, eventualmente, entre ambos e os investigadores do social (daí, parece-nos, o título proposto: *Nós, os Ciganos e os Outros*) — poder-se-á combater o tal «desconhecimento» dos «outros» em relação aos ciganos, desconhecimento que se estende do senso comum à própria academia. A autora alerta, e com razão, para a escassez de conhecimento científico em relação aos ciganos (p. 190), o que em si também constitui uma forma de marginalização.

Seguindo um estilo argumentativo directo e pragmático, oferecendo capítulos de reflexão teórica e bibliográfica como complemento a capítulos de apresentação e sistematização de dados empíricos, a autora manifesta uma preocupação inicial na situação da problemática, tanto do ponto de vista teórico — nomeadamente através de um dos conceitos-chave da ciência social contemporânea, a «etnicidade» (capítulo 1)

— como do ponto de vista histórico — recuperando os eixos da presença e movimento dos ciganos no continente europeu (capítulo 2). Assim, no capítulo 1 a autora invoca a teoria sociológica acerca dos conceitos de «raça», «grupo social», «etnicidade», «identidade» e «classe», problematizando as suas hipóteses, para depois procurar particularizá-la no contexto cigano. O exercício poderia ser resumido nas seguintes questões: quais as «autopercepções» dos ciganos enquanto grupo étnico? Quais os mecanismos afectivos (sentidos de pertença), políticos (movimentos de reivindicação), estruturais (sócio-económicos, demográficos), que fomentam a noção específica de «etnicidade cigana»? Em que medida é que esta se constrói — como diferença, alteridade — em oposição a outra(s) etnicidade(s), ou em relação à «sociedade dominante»? Em resposta, a autora recorre a um conceito omnipresente nas investigações sobre ciganos nas últimas décadas: o de «exclusão social». Associando a pobreza, a segregação espacial e cultural e o défice de escolarização como factores mutuamente alimentados e reproduzidos, denuncia-os como alvos fáceis de discriminação e rejeição social — ou, numa lógica simmeliana, «estrangeirização» (p. 46). Nesta linha, o capítulo 2 da obra revisita a história da presença cigana no continente europeu e, em particular, no território português. Reproduzindo as principais linhas historiográficas e temáticas acerca da presença secular dos ciganos no «Ocidente» e

as principais narrativas e debates sobre a sua origem, a autora procura demonstrar como a «marginalização cigana» é o resultado de uma *longue durée* (p. 47) que cristalizou uma imagem estereotipada e negativa do «cigano» como nómada e, portanto, contrário à civilização.

De uma abordagem mais «macro», a autora parte à procura de contextos concretos de construção e negociação de identidades colectivas, nomeadamente bairros periféricos da cidade do Porto, a saber: o Bairro de São João de Deus, do concelho do Porto — o «bairro cigano problemático» por excelência, com presença regular nos *media* portugueses devido aos conflitos resultantes dos processos de demolição de barracas e realojamento —, e as freguesias de Espinho, Anta e Sivalde, do concelho de Espinho. Através de uma recolha empírica, que incluiu observação participante e entrevistas biográficas, Mendes elabora uma caracterização sociográfica dos distintos grupos e famílias aí residentes através da reconstituição de trajectórias individuais em contextos de identidades grupais. Assim, no capítulo 3 a autora recorre a testemunhos orais para caracterizar os espaços residenciais do Bairro de São João de Deus e da freguesia de Espinho através das percepções dos residentes acerca do mesmo, indagando as percepções mútuas acerca de ambos os bairros e destrinchando os tópicos que conferem uma «identidade territorial» (p. 55) específica a cada um, tanto em termos «intra» como «interetni-

cos». No capítulo seguinte propõe-se uma nova abordagem ao problema, desta vez orientada para a caracterização sócio-demográfica dos ciganos residentes em ambos os concelhos, explicando os padrões de residencialidade, trabalho, casamento, educação, etc., que marcam a tal marginalidade defendida por Mendes: desde o abandono escolar precoce à prática de economia informal, ausência de redes institucionais de assistência, etc. Esta caracterização permitirá à autora problematizar aquela que consideramos ser a questão central na obra em causa: as dinâmicas de construção de «identidades colectivas» em oposição a «alteridades» ou, noutras palavras, as dinâmicas de construção de uma «etnicidade cigana» em oposição à «sociedade dominante» portuguesa (capítulo 5). Para tal proporá vários «marcadores» (p. 131) que servirão de eixos de abordagem e discussão dessa construção, a saber: práticas matrimoniais (estratégias de aliança matrimonial), estatutos etários (papel atribuído aos «mais velhos», autoridade e liderança), solidariedades grupais (ajuda mútua), práticas linguísticas (o uso do romano), ritos funerários (relação com os mortos) e comportamentos religiosos (catolicismo, adesão ao movimento evangélico). Estes marcadores, que constituem elementos tradicionalmente associados à «etnicidade cigana», serão analisados pela autora através da sua aplicação aos contextos de Espinho e de São João de Deus, como que testando a sua plausibilidade, ou melhor, a sua



pertinência contemporânea. Por último, Mendes fará uma última incursão na problemática da etnicidade através de uma dinâmica inevitável nos *identity studies* de hoje: a participação cívica e política e a construção de visibilidades e canais discursivos (capítulo 6). Para a autora, é neste campo que se percebem as clivagens sociais em contextos de relação multicultural; daí que volte a incorporar a questão do racismo como ilustrador dessa clivagem que, para a autora, é produto dessa mesma relação multicultural (p. 190). Daí também que a autora verifique a virtual ausência de associação e participação política dos ciganos portugueses — ao contrário do que sucede noutros países europeus —, o que, em parte, explica os processos de marginalização a que continuam a ser submetidos (p. 202).

Em suma, aprecia-se na obra de Mendes uma «novidade» no que diz respeito aos «estudos ciganos» em Portugal: a sua vontade de enquadramento e problematização teórica do conceito de «eticidade cigana», propondo vários modelos e conceitos de abordagem teórica e, sobretudo, oferecendo um levantamento empírico extenso assente numa perspectiva local — um esforço que acaba por ser incomum na ciência social portuguesa relativa aos ciganos. Por outro lado, como referimos, a própria existência do livro constitui em si um facto pouco comum na academia portuguesa, o que já de si é de louvar. No entanto, o declarado «propósito político» do livro, que propõe expli-

citamente estratégias de acção social no contexto abordado, se bem que moralmente justificável, poderá eventualmente toldar a maior complexificação de alguns dos conceitos aqui debatidos, conceitos já de si *self evident* cada vez que se produz uma abordagem científica ao contexto dos ciganos. Por exemplo, processos como o «racismo» e a «discriminação» deverão ser apenas pensados numa perspectiva univocal, unidireccional? Até que ponto é que a «exclusão social» corresponde apenas e só a uma acção deliberada de uma hegemonia contra uma minoria? Em que medida é que a «eticidade» é colectivamente percebida e aceite consensualmente como homogénea? São questões que o livro em causa, pela forma aberta e honesta com que se apresenta, permite ao leitor colocar.

RUY BLANES

*Pernas Oroza, Hermínia, Las Clases Trabajadoras en la Sociedad Compostelana del Siglo XIX*, Santiago de Compostela, Ed. Nigra Imaxe, S. L./Consortio de Santiago, 2001, 470 páginas.

A história social da Galiza tem sido a «Gata-Borrallheira» dos estu-

dos históricos, mais ainda no que se refere à história social urbana. A Galiza é sobretudo rural, é um *pais de camponeses*, e os estudos dos seus historiadores têm-se concentrado neste espaço. Daí, por exemplo, a grande importância da investigação sobre o agrarismo no que toca à história social. Mas as cidades e núcleos urbanos existem e, salvo honrosas excepções, carecem de estudos pormenorizados que nos conduzam ao bom conhecimento destas realidades, cruciais no desenvolvimento histórico da Galiza

O livro que estamos a recensear, fruto da tese de doutoramento da autora, é uma honrosa excepção. Hermínia Pernas realiza neste trabalho um estudo da sociedade santiaguense do século XIX, no que vai além do que a tradicional história social tencionava, nomeadamente o estudo do movimento obreiro, para elaborar um retrato do conjunto dos sectores sociais. Santiago, como reitera a autora, não é uma sociedade fabril nem de proletários, mas de artesãos, nem é um centro industrializado propriamente dito, articulando-se a indústria em pequenas fábricas com escasso número de operários, o que leva consigo necessariamente um movimento obreiro restringido. Mas esta realidade não resultou numa falha para o presente trabalho, já que é um exemplo da história social entendida como algo mais do que o estudo exclusivo da classe operária industrial e da sua organização sindical. Em Santiago não havia nessa altura obreiros fabris, mas sim trabalhadores e clas-

ses populares, que são o objecto de estudo desta investigação. Trata-se, portanto, de um visionamento de conjunto da heterogénea «classe trabalhadora», incluindo não só obreiros industriais e artesãos, mas também empregados, pequenos comerciantes, assalariados... e, claro, camponeses, porque a marca do rural está presente em todas as cidades galegas, sem excepção.

Este trabalho conta com um avançado modelo de análise e com uma moderna metodologia que permite a classificação e o estabelecimento de tipologias válidas para apreender a ampla e complexa realidade social compostelana, facilitando as comparações com investigações sobre outros núcleos urbanos, quer espanhóis, quer estrangeiros. O tratamento sistemático de fontes censitárias possibilitou a realização de um repertório estatístico verdadeiramente notável que permite ao leitor a visualização e compreensão dos distintos grupos sociais compostelanos em números e gráficos. Mas o uso combinado de outro tipo de fontes, especialmente da imprensa periódica e da literatura da época, evita que nos encontremos perante um estudo entediante, enriquecido com a reconstrução dos diversos aspectos da vida quotidiana dos trabalhadores. Da mesma forma, é assinalável, pela sua pertinência e informação suplementar, a colecção de fotografias que acompanham e ilustram o texto.

As condicionantes da vida de conjunto das classes populares santiaguenses do século XIX são analisa-

das minuciosamente, começando pela sua dinâmica demográfica e pela sua estrutura sócio-profissional, ao que é dedicado o primeiro capítulo, insistindo-se, nos que se lhe seguem, nas suas condições de vida e de trabalho, que se nos revelam certamente como precárias, e concluindo-se pela sua cultura, abrangendo desde os níveis de estruturação aos espaços de descanso e divertimento. Uma análise que não esquece a importância que as mulheres têm em cada uma das parcelas, incluídas as manifestações de descontento e o trabalho fora do casal ou as suas penosas condições de vida, especialmente em fases como a velhice e a viuvez. Igualmente destacável é o capítulo dedicado aos sectores marginais, àqueles que *strictu sensu* não fazem parte das classes trabalhadoras, mas que são analisados nesta investigação, que estuda em pormenor grupos como o das prostitutas, o dos delinquentes, o dos pobres e o dos presos.

O objectivo final do livro é estabelecer a relação entre as condições materiais, profissionais e sociais das classes trabalhadoras e o seu comportamento político, e daí que, ainda que estejamos perante um estudo eminentemente social, também aborde o lado político. No sexto e último capítulo presta-se atenção, nomeadamente, ao associativismo propria-

mente operário, que toma forma no último quartel do século XIX, e a sua mobilização, com uma profunda análise sobre a conflitualidade que esta gerou, indagando as formas de manifestação, quer «tradicional», como as revoltas de subsistência, quer «formais», já ligadas e promovidas por partidos políticos. Com isto, a autora demonstra que o mundo operário santiaguense não era um remanso de paz social, mas um colectivo que lutou para obter melhorias nas suas condições de trabalho, logrando conquistar os seus próprios espaços de cultura e sociabilidade, lançando as bases para lograr a sua auto-organização.

Depois de abranger os diferentes aspectos da sociedade compostelana, Hermínia Pernas acentua os marcados contrastes que esta apresenta. A estagnação e a decadência em muitos dos âmbitos conjugam-se com sinais de mudança e modernidade dentro dos parâmetros usuais numa sociedade predominantemente agrária, como era a galega nessa altura. A sociedade de Santiago estava num momento de mudança, e nesta obra sublinham-se os indícios da mesma, que matiza a imagem tradicional da capital de Galiza como uma cidade levítica estagnada social e economicamente no Antigo Regime.

ANA CABANA IGLESIA